

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resolução de Afastamento nº 526/2012 2

Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 068/2012 2

Indicação nº 047/2012 3

Ata da 2157ª Sessão Ordinária - Íntegra 3

 Ata de Reunião da Comissão de Constituição,
 Justiça e Redação Final 9

Termo de Reunião - Comissões em Conjunto 10

 Ata de Reunião da Comissão de Administração,
 Segurança e Serviços Públicos 10

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 FLAVIA DAYANE DOS SANTOS SILVA
 Diagramação

EXPEDIENTE

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 526/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
TORNAR SEM EFEITO a Resolução nº 506/2012, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1474, de 07/12/2012, que autorizava o afastamento dos servidores **ELETÍCIA ROSA MAGALHÃES, Assistente Parlamentar V** e **CÉLIO DO NASCIMENTO SOARES, Assistente Parlamentar V**, para viajarem com destino a cidade de Fortaleza-CE.

 Palácio Antônio Martins, 18 de dezembro de 2012
 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
 2º Secretário

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
 3º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
PROJETO DE LEI

 GABINETE DO DEPUTADO **GABRIEL PICANÇO**
 PROJETO DE LEI Nº 068 /12.

**“GARANTE À REALIZAÇÃO DO
 “TESTE DO CORAÇÃOZINHO”
 (EXAME DE OXIMETRIA DE**
PULSO), EM TODOS OS RECÉM-NASCIDOS, NOS BERÇÁRIOS DAS MATERNIDADES DA REDE HOSPITALAR DO ESTADO DE RORAIMA”.
O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA.

Faço saber que a assembleia legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º. Fica garantido aos recém-nascidos em maternidades nos serviços hospitalares da rede pública ou conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Roraima, a realização do “Teste do Coraçãozinho”.

Art. 2º. O exame deverá ser realizado nos membros superiores e inferiores dos recém-nascidos, ainda no berçário, após as primeiras 24 (vinte e quatro) horas de vida da criança e antes da alta hospitalar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e de recursos conveniados de acordo com a instituição prestadora do serviço.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, Dezembro de 2012.

Gabriel Picanço
 Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), de cada cem crianças nascidas vivas, pelo menos uma apresenta problemas no coração (cardiopatia congênita), sendo uma das maiores causas de mortalidade infantil durante o primeiro ano de vida.

Atualmente, a cardiopatia congênita é detectada em alguns recém-nascidos somente após a alta hospitalar, o que resulta em morbidade significativa e ocasionalmente em morte.

É comum ocorrer de recém-nascidos receberem alta e precisar retornar ao hospital após curto espaço de tempo com problemas, muitas vezes graves, que poderiam ter sido detectados e investigados antes da alta pós-parto, por meio da Oximetria de Pulso.

A Oximetria de Pulso é um exame rápido (3-5 minutos) e indolor, utilizado para medir os níveis de oxigênio no sangue através de sensor enrolado à volta da mão direita e posteriormente à volta do pé do bebê, devendo ser realizado em recém-nascidos assintomáticos após 24 horas de vida, antes da alta hospitalar, para detectar a presença de cardiopatia congênita grave que coloca em risco a vida da criança.

Sendo detectada alteração na oximetria, caso ocorra à detecção de oxigênio abaixo de 95%, a investigação de problema cardiológico é então aprofundada.

São inúmeras as pesquisas realizadas por renomadas instituições médicas apontando para os benefícios dessa prática nos bebês; no entanto, o exame de rotina é realizado somente no âmbito das UTIs neonatais, não se aplicando aos berçários com os bebês aparentemente normais.

É certo que o teste não detecta todas as doenças cardíacas. Os pais e cuidadores devem também ser informados que a oximetria de pulso isoladamente pode não detectar todos os casos de cardiopatia congênita crítica e, assim, um resultado de teste negativo não exclui a possibilidade de doença cardíaca.

Vale lembrar que, durante o pré-natal, o eco cardiograma fetal, que pode ser realizado entre a 18ª e 24ª semana, já é capaz também de indicar algum problema no coração do bebê. No entanto, considerando que o eco cardiograma fetal nem sempre faz parte dos exames solicitados pelo médico durante o pré-natal, a oximetria de pulso, que incorre em muito baixo custo, poderá salvar vidas, desencadeando investigação cardiológica mais profunda nestas crianças.

A realização de exames de detecção de doenças cardiológicas, tanto na fase intrauterina quanto nos recém-nascidos, é uma reivindicação da Associação de Assistência à Criança Cardiopata - Pequenos Corações, entidade sem fins lucrativos, que orienta e auxilia milhares de famílias com crianças cardiopatas no Brasil, há tempos vêm alertando para a necessidade do “Teste do Coraçãozinho”, objetivando minimizar os riscos de defeitos congênitos mais letais, decorrentes da ausência de diagnóstico preventivo.

Na certeza de tratar-se de uma ferramenta importante para salvar vidas, espero contar com o apoio dos meus nobres pares na aprovação deste Projeto de Lei.

INDICAÇÕES

GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL PICANÇO INDICAÇÃO Nº 047/2012

O Deputado que esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, da seguinte indicação:

RECUPERAÇÃO DE ESTRADA E PONTES DAVICINAL 18 DO MUNICÍPIOS DE SÃO LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de indicação parlamentar objetivando a recuperação de vicinal 18 e suas pontes, localizada no município de São Luiz, por ser hoje quase inviável o tráfego de pessoas e a escoação da produção.

A grande flexibilidade e mobilidade dos transportes terrestres permitiram o maior distanciamento entre as áreas de residência e as áreas de trabalho, levando à expansão das cidades. Os transportes são muito importantes para o desenvolvimento das regiões. O aumento da mobilidade permitiu desenvolver o comércio e, conseqüentemente, as atividades produtivas, quer a nível regional, quer a nível internacional, diminuindo as assimetrias regionais e melhorando a qualidade de vida e o bem-estar da população.

As infra-estruturas de transportes como estradas e pontes têm contribuído para reduzir as distâncias, permitindo ultrapassar barreiras físicas como rios e serras, condicionando a acessibilidade das regiões e, por isso, o seu desenvolvimento econômico e social.

Logo, conclui-se que uma estrada, além de ligar um lugar a outro, é sinônimo de desenvolvimento econômico e qualidade de vida, mas no interior do Estado de Roraima, mais precisamente no Município de São Luiz tem sido motivo de muita preocupação, vez que tal vicinal encontram-se quase que intrafegáveis e as pontes são um risco constantes às pessoas que delas fazem uso.

Navicinal 18 do Município de São Luiz, a estrada está quase intrafegável e as pontes que a qualquer momento podem desabar dificultam a vida do trabalhador do campo, criando-se um obstáculo ao escoamento de sua produção, acesso a educação, saúde, etc., ou seja, a uma vida com um mínimo de dignidade, garantia do nosso Estado Democrático de Direito.

É de se observar que, por encontrar-se em estado intrafegável referida vicinal, mais difícil fica a situação das crianças que dependem de transporte rural para ir a escola pois, com as pontes quebradas, tem que descer da condução, atravessar a pé a referida ponte para no outro lado pegar outro veículo e desta forma continuar seu trajeto.

Diante do exposto, faz-se necessário a recuperação da vicinal 18 assim como suas pontes, localizada no município de São Luiz, por ser direito do trabalhador rural, das crianças que necessitam ir à escola e é garantia expressa em nossa carta magna, a Constituição Federal, o direito de ir e vir.

Sala das Sessões, 14 de Dezembro de 2012.

GABRIEL PICANÇO
Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2157ª SESSÃO, EM 13 DE NOVEMBRO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.
(Em exercício)**

Às nove horas do dia treze de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quingentésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Erci de Moraes) - Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) – (Lida a Ata).
A Senhora Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em

discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Coronel Chagas) – Senhor Presidente, o expediente consta do seguinte.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Memo nº 027/12, de 08/11/12, do Deputado Remídio Monai, comunicando sua ausência na Sessão Plenária dos dias 08/11/12; Ofício nº 108/12, de 12/11/12, do Deputado Soldado Sampaio, encaminhando requerimento, em anexo, para que o mesmo entre na pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária do dia 13/11/12.

EXTERNOS:

-Mandado de Intimação do Tribunal de Justiça do Estado, intimando o Deputado Chico Guerra, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima;

-Ofício nº 328/12, de 31/10/12, do Tribunal Regional Eleitoral, do Gabinete da Desembargadora Tânia Vasconcelos Dias, Encaminhando cópia da decisão preferida pela ministra Cármen Lúcia, Presidente do TSE.

DIVERSOS:

-Ofício Circular Externo nº 49/12, de 15/08/12, Secretaria Nacional de Assistência Social, informando a transferência de recursos ao fundo Estadual de Assistência Social;

-Ofício Circular Externo nº 52/12, de 10/09/12, Secretaria Nacional de Assistência Social, informando a transferência de recursos ao fundo Estadual de Assistência Social;

-Ofício Circular Externo nº 53/12, de 28/08/12, Secretaria Nacional de Assistência Social, informando a transferência de recursos ao fundo Estadual de Assistência Social;

-Comunicado nº AL130058/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Maia Teresa Maciel da Silveira Melo;

-Comunicado nº AL130046/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Secretaria de educação, Cultura e Desportos;

-Comunicado nº AL130047/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual H. Dias de São João da Baliza;

-Comunicado nº AL130048/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola de 1º Grau Padre José de Anchieta;

-Comunicado nº AL130049/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual 1º Grau Monteiro Lobato;

-Comunicado nº AL130050/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola de 1º e 2º Grau Pr. C. Branco;

-Comunicado nº AL130051/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual Jesus de Nazaré;

-Comunicado nº AL130052/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola de 1º e 2º Grau Pe. José Monticone;

-Comunicado nº AL130053/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola de 1º e 2º Grau Des. Sadoc Pereira;

-Comunicado nº AL130054/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Maio Homem de Melo;

-Comunicado nº AL130055/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual Indígena Santa Luzia;

-Comunicado nº AL130056/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Luiz Ribeiro de Lima;

-Comunicado nº AL130057/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola de 1º Grau Hildebrando;

-Comunicado nº AL130058/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola de 1º Grau Ana Libória;

-Comunicado nº AL130059/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual Ovídio Dias de Souza;

-Comunicado nº AL130060/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual Indígena José Viriato;

-Comunicado nº AL130061/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola de 1º Grau Nossa;

-Comunicado nº AL130062/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre – Edmur Oliva;

-Comunicado nº AL130063/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual Coelho Neto;

-Comunicado nº AL130064/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Maria Gonçalves Vieira;

-Comunicado nº AL130065/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal de Pré Escolar de 1º Grau;

-Comunicado nº AL130066/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual Sebastião Benício da Silva;

-Comunicado nº AL130067/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual Pequeno Príncipe;

-Comunicado nº AL130068/12, de 10/10/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Maria Teresa Maciel da Silveira Melo.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Erci de Moraes) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, Senhores servidores desta Casa, cidadãos presentes, meu cordial bom dia, Senhor Presidente vou tentar acelerar a minha fala em virtude do pouco tempo enquanto o nosso assunto é bem abrangente, dificilmente vou conseguir abordar todo tema no dia de hoje. Caso contrário, automaticamente já me inscrevo para a sessão de amanhã.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados no dia primeiro de dezembro de 2011, eu protocolei nesta Casa um projeto de lei que foi encaminhado ao Governador do Estado, Deputado Gabriel Picanço, em forma de indicação. Esse projeto tratava da construção do orçamento de forma participativa, ou seja, chamarmos a sociedade, a classe política, envolver todos desses segmentos numa discussão para construirmos o orçamento do Estado de forma participativa. Acredito que um orçamento, criado dessa forma, estremos dividindo responsabilidade, mais transparência na aplicação e no direcionamento dos recursos públicos, com tudo isso quem vai ganhar é a sociedade.

Senhoras e Senhores Deputados, acreditando que a melhor forma de construir orçamento é de forma participativa, continuo batendo nessa tecla, defendendo que o Estado adote essas medidas. Ainda, recentemente, publiquei um artigo na folha de Boa Vista reforçando essa ideia. Peço à equipe da Taquigrafia que transcreva esse artigo para ser público no diário da Assembleia no nosso pronunciamento do dia de hoje, com a possibilidade de repercutirmos essa ideia para elaborarmos o orçamento de forma participativa. É

Porque estamos vivenciando uma crise econômica, financeira, mas comumente o governo do Estado na hora de construir o orçamento se sente o todo poderoso, sabe de tudo, mas na hora em que surgem as crises, ele começa tentar a enganar a sociedade, envolver os demais poderes que não são chamados para essa discussão, para tentar buscar saída para a questão orçamentária financeira que o Estado se encontra. Eu acho, Senhoras e Senhores, que não podemos permitir de sermos levados e ludibriados por esse discurso que está sendo colocado na mídia de que o Estado passa por uma crise financeira, tentando achar os culpados, colocando culpa no duodécimo dos poderes, ou mesmo na crise financeira que o Estado se encontra. Não é bem por aí, senhoras. Nós sabemos que o Estado está tendo o seu orçamento cumprido na sua integralidade, naquilo, conforme foi aprovado em 2012, na Lei Orçamentária 838 de 18 de janeiro de 2012. O FPE vem sendo recolhido nas proporções dos anos anteriores, porém no ano de 2011, houve um excesso de arrecadação, algo em torno de 400 milhões, e este ano não é diferente, já temos um excesso ultrapassando a casa dos 500 milhões. Agora, o que está faltando de fato é o governo do Estado planejar seus gastos. Talvez aí esteja o X da questão, como é que o Governo do Estado está fazendo seus gastos, qual o planejamento, quais as discussões que vem sendo causado dentro do Executivo. E o pior é a forma que o Chefe do Estado tem feitos essas despesas, sem a devida participação dos demais poderes. Mas, o pior ainda, Deputado Chicão, é o governo do Estado quando tem esse excesso de arrecadação, ele convida os demais poderes para dividir ou aumentar o duodécimo, que, pelo contrário, ele deveria se apoderar desse excesso de arrecadação, mas ele gasta da forma que bem quer. E aí, Senhoras e Senhores, presenciamos gastos supérfluos, desnecessários que causaram, com certeza, essa crise, por exemplo, a criação das secretarias extraordinárias, sem cabimento, sem necessidade, simplesmente para acomodar seus apadrinhados políticos. Podemos também relacionar aqui os milhares de cargos comissionados que o Governo do Estado criou no ano de 2011, chegando a quase 6 mil cargos comissionados. O interessante é que, geralmente, essa folha de pagamento, para essa quantidade de cargos comissionados aumenta justamente no período eleitoral, e desta vez não foi diferente, ou seja, o Governo do Estado, sem o devido planejamento, fez despesas que não estavam previstas no orçamento e, mesmo tendo um excesso de arrecadação considerável, as receitas não são suficientes para cobrir as despesas. E, aí, está o Estado com atraso no pagamento dos servidores pela primeira vez, em anos, atrasa o duodécimo dos poderes, lançando mão do IPER patronal dos servidores, o qual ele não recolhe, e o pior ainda, ele se apropria do IPER do segurado, ou seja, aquela contribuição do servidor que está no seu contracheque, o governo está recolhendo sem estar repassando para o IPER. Isso é crime, é apropriação indébita, e o que é pior, não é diferente com o empréstimo consignado, ou seja, desconta no contracheque do servidor os devidos empréstimos e o governo não repassa para os bancos. Vários servidores receberam carta do SPC e do SERASA sendo cobrado pelos bancos por falta de pagamento dos seus empréstimos. E até mesmo as contribuições sindicais das associações e sindicatos dos servidores, o governo está retendo, recolhe do servidor, mas não repassa para o IPER. Onde é que estamos chegando, eu pergunto às Senhoras e Senhores, onde vamos chegar? Temos dados de fontes seguras que as despesas que o governo do Estado tem a pagar até dezembro de 2012 perfaz um montante em torno de 500 milhões. Se fizermos uma análise simples, de maneira superficial, poderemos constatar que as receitas, que o governo tem a arrecadar até dezembro de 2012, perfaz em torno de 250, a 300 milhões, ou seja, com esse valor não paga 500 milhões. O governo do estado se encontra hoje em situação tal, ou atrasa o pagamento dos servidores ou dá um calote nos fornecedores ou deixar de repassar o duodécimo aos poderes. Isso está acontecendo, o governador tem chamado os chefes dos demais poderes para uma discussão, tendo de usar o fundo dos demais poderes para não repassar o duodécimo, para que esses poderes consigam pagar a sua folha de pagamento. Sabemos que ontem os chefes dos poderes: Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública, disseram não ao chefe do executivo porque eles não foram chamados para discutir a necessidade de criar as três secretarias extraordinárias, para criar os 5 mil cargos comissionados. Agora, quando o Estado entra em crise, são os primeiros a ser chamados para tentar compartilhar, dividir e socializar esse problema que o Estado enfrenta. É falta de consideração e respeito para com os demais poderes.

Então, o que me preocupa são essas despesas que o Estado contraiu levando a uma situação de calamidade financeira que

enfrentamos hoje, e não fruto de investimento em sala de aula, eu não conheço uma sala de aula construída pelo atual governo. A eletrificação rural do nosso Estado está de mal a pior. Sequer o Governo, hoje, paga a sua contrapartida no “Luz para Todos”. Os Hospitais do nosso Estado não foram ampliados; não foram criados novos leitos para justificar essa crise. O dinheiro não foi gasto com isso. Não foram pagas as progressões, os reajustes de servidores, para o Governo vir hoje dizer que está enfrentando crise financeira porque pagou os servidores. Não foi isso. O Governo do Estado, também, não refrigerou as salas de aulas, um sonho antigo dos alunos em nosso Estado, para poder justificar essa crise financeira em nosso Estado. Ou seja, o Governo do Estado não consegue apresentar algo palpável no setor de investimento, tanto na educação, como na saúde, na segurança, para justificar essa imensa despesa, esse descontrole das contas públicas. Então, fica a nossa preocupação. Quero parabenizar o Chefe dos demais poderes pela atitude. Não podia ser diferente. Agora, cabe também aos Chefes desses poderes, assim como a esta Casa, fiscalizarmos mais de perto as ações do Executivo.

Nós aprovamos um orçamento aqui, Senhoras e Senhores, no qual damos uma margem muito grande de liberdade ao Chefe do Poder Executivo de remanejar recursos de uma secretaria para outra, de aplicar da forma que bem quer o excesso de arrecadação. E nesses momentos, o Governo do Estado não chama para esta Casa o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, para discutir a melhor forma de aplicar esse excesso de arrecadação. Ele gasta da forma que bem quer. Agora, na hora, Senhoras e Senhores, dessa crise financeira que o Estado está na iminência de entrar num colapso financeiro, porque suas receitas previstas até dezembro de 2012 não cobrem sequer, os 50% das despesas previstas. Nós já temos só na Sefaz, junto aos credores, Deputado Flamarion, algo em torno de quase 200 milhões liquidados a serem pagos. Quando acrescentamos à Folha de Pagamento da Administração direta e indireta o duodécimo dos poderes, nós chegamos próximo aos 500 milhões. Somando o FPE e o ICMS, a ser arrecadado de outubro a dezembro, não vai cobrir. E de onde vem esse dinheiro para arcar essas despesas. Então, fica o nosso pedido a esta Casa, para que possamos aprovar esse orçamento. Mas, acima de tudo, façamos o nosso papel, assim como os demais poderes, de fiscalizar a boa aplicação desses recursos. Não podemos aceitar que o Governo do Estado, o Chefe do Executivo, a Sua Excelência, O Governador José de Anchieta, de forma desastrosa, leve o nosso Estado ao fundo do poço. Isso é o que está se projetando, Deputado Chicão, para os próximos dias.

Eu concedo um aparte ao Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Deputado Sampaio, acompanhei atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência. E me estranha, que Vossa Excelência sabe que as prefeituras do Brasil estão fechando as portas, mas estão fechando por quê? Porque o IPI é um componente do FPM extremamente importante para o orçamento. Em determinadas prefeituras o IPI representa mais de 80%. Inclusive, prefeitura de capital. Em nosso Estado representa 78%. Então, dizer que o Estado não está pagando porque não tem compromisso, não é bem assim. O salário em alguns Estados, já está atrasado em dois meses. O nosso Estado atrasou, mas ainda não deixou de pagar. O componente do IPI é extremamente importante no orçamento do Estado. Então, a gente não pode deixar de reconhecer que a dificuldade existe, que o mundo está em crise. O Brasil reconhece a crise, hoje. Então, é preciso que tenhamos a sensibilidade de entender que é hora de fazer cortes. O Estado tem que compreender isso. Nós, os Parlamentares, entendemos que o momento é de tensão.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. - Deputado George, eu entendo e conheço a situação das prefeituras. Agora, o Governo do Estado não pode trazer essa discussão. Não é verdade. O orçamento, aprovado nesta Casa em 2012, está sendo cumprido integralmente. As receitas que o Estado teve estão sendo cumpridas integralmente. Inclusive, há excesso de arrecadação. Agora, o que não está previsto na Lei Orçamentária de 2012 é a criação dessa secretaria para os cargos comissionados, despesas supérfluas que o Governo do Estado está fazendo, que não chama esta Casa nem os demais poderes. Não vamos enganar a sociedade. Inclusive, a diferença do FPE de 2012 para 2011 é mínima. Se somarmos o que o Governo do Estado arrecadou de FPE e ICMS em 2011, no presente momento, a diferença é mínima. Em 2011 não houve crise financeira. É história para tentar enganar a sociedade, para o Governo não cumprir seus acordos e seus compromissos. O que não estava previsto era o Governo do Estado, de maneira desastrosa, fazer despesas sem ter a devida receita prevista

no orçamento do Estado. Esse é um fato. Essa é a verdade. Então, é preciso que a sociedade fique alerta, que os servidores se mobilizem e os poderes, inclusive, esta Casa, faça o seu papel. Se for necessário, Deputado Gabriel, afastar o atual Governador do seu cargo antes que ele afunde o Estado de vez. Isto é o que eu peço ao chefe dos demais poderes. Não vamos permitir que um Governador desastroso que vendeu sonhos, mas está entregando pesadelos à sociedade roraimense, afunde o nosso Estado de uma vez por todas. Então, fica o nosso pedido, o nosso chamamento de atenção à classe política e à sociedade como um todo. Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Deputado Brito, sábado foi publicado no Jornal Folha de Boa Vista um artigo do defensor público, conhecido por nós como Jaiminho, é o Jaime Brasil Filho. Eu pediria que todos os Parlamentares, que toda a sociedade lesse esse artigo, que traz um recado muito significativo, Deputado Guerra, sobre o momento que estamos vivendo. Ele fala um pouco do IPER e depois contextualiza, de forma mais ampla, dizendo assim: “Fui chamado, assim, como todos os Servidores Público do Estado de Roraima a apresentar documentos para um tal de recadastramento junto ao IPER, para todas as atividades públicas se exige um colchão de documentos. A todo momento é solicitado do servidor comum a declaração de bens, número de dependentes, comprovantes, declarações, certidões. Mas quem deveria prestar informação ao servidor é o IPER. É o IPER que vive sob suspeição com manchete no Judiciário, que indica a intenção de alguns de fazer besteira com o dinheiro do trabalhador. Houve, recentemente, um banco no qual se cogitou aplicar o nosso dinheiro, o Banco Cruzeiro do Sul. Pois bem, esse banco sofreu intervenção do Banco Central há dois meses por fraude, e seus proprietários estão na cadeia. Quem foi o dono da infeliz ideia de colocar o nosso dinheiro lá? Quem é que fica maquinando maneiras de nos colocar em apuros, que agiram com essas pessoas de boa fé, pergunta ele. Deputado Remídio, ele continua ainda; a vida de todo trabalhador é transparente, nem que não queira, mas fica tudo registrado, desde o nascimento, notas na escola, vacinas, alistamento militar, eleições, etc... O cidadão comum é monitorado pelo Estado o tempo todo, se qualquer pessoa comum tiver um ganho extra, qualquer que seja, lá vem o leão do imposto de renda morder sua parte. Para quase todo mundo é assim, quem deveria ser monitorado não é, desde quando o salário de um político tem a capacidade de enriquecê-lo, se não é do salário que banca sua vida nababesca, de onde vem esse dinheiro! Se o dinheiro vem de suas empresas, por que é que somente quando se tornaram políticos que suas empresas começaram a ganhar licitação, se não são sócios de empresas que fazem negócios com o governo, onde estão seus testas de ferro que garantem um padrão de vida tão desarmônico com a austeridade patrimonial que deveria ter a vida com ade qualquer servidor que sobrevive do seu salário. A mesma coisa acontece em todos os níveis, na questão ambiental, por exemplo, às vezes, pequenos pescadores e produtores rurais são multados por infração de pouca relevância, mas que gera algo significativo para os que tem muito pouco para pagar, enquanto isso, grandes projetos de usurpação e distribuição do patrimônio público são aprovados e definidos pelos dirigentes estatais. Agora, essa de que o estado está falido, sem recursos para manter o padrão e o incremento de gastos necessários para manutenção de serviços públicos. É manifestação de alunos nas escolas, da sociedade civil organizada, profissionais de saúde, segurança pública, etc... estão todos descontentes pelos atrasos nos salários, ameaça na redução e repasse do duodécimo dos órgãos e poderes, diminuição de investimentos na saúde e educação. O Estado está falido? O Estado recebeu um bilhão e meio, 87% a mais, daquilo que foi planejado e aprovado, desse jeito até minha vizinha de bengala administra qualquer Estado. Quero ver quando tem a dificuldade e se projetar um crescimento para este ano de 60%, não vai dar um crescimento de 60, mas vai ser superior em 33% a 35%. Então, essa balela de falta de recursos, nós não podemos aceitar, porque não é verdadeira, O país está em dificuldades? Tá. Caiu a receita? Caiu! Mas não podemos culpar ninguém se você aprovou X e está executando X, mas um pedaço desse X está executando mais daquilo que foi planejado.

Para finalizar, Presidente Chico Guerra, aqui está o nosso pedido de formação de CPI para o IPER. E volto a dizer que tem um fato determinado que faço questão de reiterar, o fato determinado é verificar a aplicação dos recursos do IPER do período de abril de 2002 aos dias atuais. Fiz questão de colocar de abril 2002, porque foi quando assumi o governo, que investigue o governo Flamarion Portela também, se tiver que ser penalizado seremos, se formos culpados estamos aí

para nos defender. Eu vou aceitar qualquer culpa caso recaia sobre nós. Mas não podemos meter a cabeça dentro do saco, nos omitir de fiscalizar, o IPER, através da CPI, para sabermos para onde foi o dinheiro que não é do Estado, não é do IPER, é do servidor público do Estado de Roraima. Isso merece respeito, consideração, porque é a garantia da sua aposentadoria, é a garantia do seu bem-estar familiar, a garantia para sua velhice.

Presidente, Chico Guerra, aqui está, anexado ao pedido, o Relatório substancial, bem elaborado, criterioso, feito pelo órgão que é o nosso auxiliar, o Tribunal de Contas do Estado de Roraima. A decisão contida neste relatório é unânime do plenário do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. São dez assinaturas, Deputado Guerra, são dez assinaturas, maior do que a CPI que nós pedimos aqui tempos atrás, com oito assinaturas. Esperamos que esse Poder tome as devidas providências para que os responsáveis sejam punidos. Chega! Verdadeiramente, chega de brincar com o povo do Estado de Roraima.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio - O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, como membro do Partido Socialista Brasileiro-PSB, na semana passada houve muitas especulações neste Estado, e cabe-nos nesta manhã prestar alguns esclarecimentos à sociedade. Desde a semana passada, o Vice-Governador do Estado, Chico Rodrigues, é membro do PSB, Convite feito ainda no mês de maio passado pelo Governador de Pernambuco Eduardo Campos, onde no mês de maio o Prefeito Iradilson e eu estivemos. O Convite era para Chico Rodrigues conhecer sua trajetória política, por ser um Deputado já com de seis mandatos, com certeza enriqueceria o PSB. Chico ficou de posteriormente dar uma posição do convite que havia sido feito. Então, de forma elegante o Governador nos chamou em maio e perguntou o que achávamos da filiação de Chico Rodrigues e sem dúvida alguma é um excelente no quadro político, Deputado de seis mandatos com experiência administrativa. É porque costuma-se especular muito com relação ao pleito eleitoral de 2014. Eu acho que este não é o momento para essa discussão. Primeiramente, precisamos discutir o 2013, quanto aos problemas do Estado: do ITERAIMA, o problema do IPERR, a falta de recursos, a falta de transferência do duodécimo, enfim, temos uma série de discussões antes de discutirmos o pleito eleitoral de 2014. Então, na quinta-feira passada estivemos em Recife junto com o nosso Vice-Governador, numa nova audiência com o Governador Eduardo Campos que reiterou o convite. O Prefeito Iradilson falou que achava que o partido tem que ser conduzido por quem tem mandato e o mandato dele encerra em dezembro. Ficamos extremamente lisonjeados com a vinda do Vice-Governador para o nosso partido. Agora, a questão de 2014 se Anchieta vai se afastar, se vai permanecer, se o PSB vai ser governo neste Estado, só o tempo vai dizer. Em momento algum nós discutimos isso com o Presidente do nosso partido. Portanto, eu acho que nós devíamos essa satisfação, mas o ano de 2014 só será discutido realmente em 2014, pois os problemas do Estado hoje, são outros e que devemos discuti-los, logicamente se o Governador Anchieta não se afastar. O Chico pode ser candidato a Deputado Federal, a Governador, por que não? Então, sem dúvida nenhuma, enriquece os quadros do PSDB no Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhor Deputado, o Senhor não imagina a minha satisfação que a exposição de Vossa Excelência me proporciona. É um reforço para as bases do Governo, muito importante a adesão de Vossa Excelência à base do Governo. Para mim, é uma grande alegria receber de Vossa Excelência essa notícia, essa declaração. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Deputado, não fomos nós que fomos para a base do Governo, foi o Governo que veio para gente. Mas, eu nunca me esquivei, eu conversei, inclusive, com o Governador Anchieta, nunca nos esquivamos em discutirmos os problemas do Estado com propostas. E aquilo que nós consideramos ser equívoco do Governo, nós sempre subimos a esta Tribuna para denunciar e cobrar. Não vamos interromper a nossa posição diante da questão que achamos estar sendo conduzida de forma equivocada pelo Governo. A filiação do Vice- Governador ao nosso partido não significa que agora ele terá apoio incondicional, pelo menos da parte do Deputado Ionilson, naquilo que nós temos que fazer de forma quase cega como muitos procedem nesta Casa. A nossa atitude continuará como sempre, coerentemente cobrando posições das autoridades naquilo que não for correto, mas que ao contrário, traga benefícios para a população. Não teríamos porque não aprovar matérias que sejam de interesse do Governo. E não adianta quem quer que seja fazer jogo de intrigas porque não é interessante para o Governo, muito menos para o Vice-Governador, e menos ainda para esta Casa. E bem verdade que

precisamos discutir alguma coisa e o PSB está aí para colaborar com o Governo do estado desde que ele queira. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, amigos Parlamentares, imprensa, senhoras e senhores, o assunto que vou abordar não é novidade, em razão de vários alertas que apresentei sobre a regulamentação da concessão do transporte interestadual de passageiros no trecho Boa Vista / Manaus. É um breve relato dessa situação: no ano de 2008, terminou o contrato da concessão das empresas feito pela ANTT, ficando liberada a exploração desses serviços pelas empresas interessadas nesse trecho, como de fato aconteceu. Concedeu aos passageiros, oportunidade de escolher a empresa do seu interesse. Essa abertura oportunizou às novas empresas se habilitaram nesse processo, e passaram a oferecer atendimento diferenciado a seus usuários. Em 2010, a EUCATUR foi considerada pela própria ANTT uma empresa inidônea. Está aqui a Resolução de nº 3.600. O Ministério Público do Amazonas pediu a desabilitação da EUCATUR, que a justiça acatou, mas mesmo assim a empresa por oito meses continuou explorando os serviços, contrariando a referida decisão sem sequer a ANTT direcionar qualquer fiscalização para o cumprimento da medida. E a empresa, explorando, inclusive, com frota sucateada, causando vários danos aos seus usuários. Saiu uma decisão para a retirada da EUCATUR do sistema de transporte de passageiros. Se fosse empresa do monopólio, nós teríamos encaminhado uma cópia daqueles documentos à Polícia Rodoviária, à ANTT para proibir essa empresa a fazer o serviço de transporte rodoviário daqui para Manaus. Mas, as empresas de transporte nunca apresentaram uma denúncia na ANTT, nunca solicitaram para a ANTT retirar essa empresa de circulação. Entendemos que o passageiro merece o direito de escolha. Então, a ANTT fechou os olhos durante oito meses para essa situação, e a EUCATUR, proibida por lei, emitiu passagens, saiu da Rodoviária normalmente. A EUCATUR recorreu dessa decisão para o Tribunal Regional Federal em Brasília, pedindo o direito de igualdade, para continuarem rodando até que saísse a licitação dessa linha de transporte de passageiros para Manaus. O Desembargador, em Brasília, simplesmente acatou o pedido da EUCATUR de poder ter direito de igualdade. Aí o veneno começou a ser destilado, a EUCATUR fez uma consulta à ANTT, perguntando se, a partir daí, somente ela poderia fazer a linha ou se todas as empresas poderiam. E a ANTT respondeu que todas as empresas poderiam fazer o transporte até que a licitação fosse realizada. Só que, nesse período, a AMATUR tinha uma liminar para rodar n trecho Boa Vista/ Manaus e, nessa mesma decisão, a justiça acrescentou que todas as empresas que quisessem atuar nesse trecho era só fazer o pedido na ANTT, e poderiam atuar. Foi a partir daí que surgiram a RIVALTUR e a ASATUR que passaram a fazer também o transporte de passageiros para Manaus. Porém, quando caiu a liminar da EUCATUR, a justiça informou que cai a liminar, mas mantém o direito das empresas se cadastrarem até sair a licitação. Mas, para nossa surpresa e demais empresas, um novo Parecer da Procuradoria Geral foi emitido. Não entendo por que a ANTT mandou para um Procurador Federal do Rio Grande do Sul emitir Parecer que veio contrário a permanência das demais empresas, permitindo apenas que a EUCATUR atuasse nesse trecho.

E, aí, meus amigos, há 30 dias, quando saiu essa decisão, a ANTT não pensou duas vezes, deu oito dias e movimentou uma fiscalização no País inteiro. A Chefe da ANTT veio até o Estado para proibir a AMATUR de rodar. E sabem qual foi a consequência deste ato? A passagem estava naquele momento em promoção de sessenta e quatro reais para Manaus. Quando a EUCATUR deixou de rodar, a passagem foi para noventa e cinco reais. Até hoje continua com esse valor. Então, a ANTT primeiro fabricou esse Parecer dizendo que só a Eucatur poderia rodar, mas, de repente, mandou a fiscalização retirar a AMATUR, de circulação, chamando até mesmo a Polícia Rodoviária Federal. Automaticamente o preço da passagem subiu para noventa e cinco reais. Eu fui a Brasília, procurei os Parlamentares, a Senadora Ângela Portela, através do Deputado Famarion, que sabendo da minha angústia quanto à situação das empresas e da população do Estado, ligou para a Senadora Ângela Portela para me atender. Falei, também, com o Deputado Luciano de Castro, com o Senador Mozarildo, porque a indicação do cargo da ANTT é do PTB e ele está tentando nos ajudar. Mas as forças ocultas, o poder financeiro e político do monopólio é muito forte. E sabem o que aconteceu? Ontem, as demais empresas foram retiradas do sistema. Então, creio que, hoje ou amanhã, a ANTT estará mobilizando novamente a fiscalização no País inteiro, a Polícia Rodoviária para prender os ônibus da ASATUR e da RIVALTUR. Meus amigos, pasmem, olhem no site da EUCATUR já

está dizendo que, a partir do dia 15, a passagem passará a custar R\$ 120,00, tenho em minhas mãos a cópia do anúncio. Então, com todo esses transtornos aos passageiros e aos clientes, peço aqui a solidariedade, a compreensão dos meus colegas Deputados, para mobilizar nossos Deputados Federais e Senadores. Não é impossível que, daqui para amanhã, tenhamos mais de 150 funcionários, parados nesta difícil situação, quando o Estado e a Prefeitura estão demitindo funcionários. Isso não é nada bom. Os consumidores de Roraima que ontem pagava sessenta e quatro reais, e a partir do dia 15, passará a pagar cento e vinte reais. Ontem, batemos à porta do Ministério Público, que nunca nos faltou, para denunciar essa situação, através do setor do Direito do Consumidor, ficou de buscar soluções, agir para que o preço não seja reajustado. É um absurdo o que está acontecendo com o consumidor. A AMATUR acumula aproximadamente dois milhões de multa, porque para resistir e enfrentar a Polícia Rodoviária, enfrentar a ANTT, por mais que você consiga rodar, consiga viajar, uma multa de cinco mil e duzentos reais é aplicada a cada viagem. Então, a AMATUR acumula hoje aproximadamente dois milhões de reais em multa, e essa é uma luta travada já há alguns anos. Quanto à licitação, vai ocorrer uma daqui a pouco tempo, mas o objetivo desta licitação é enfraquecer as pequenas empresas, principalmente a AMATUR que a única que tem condições, se não é a única, é a principal, que tem condições de participar desta licitação. O que está sendo tramado lá em Brasília, é que vão fazer um lote de, no mínimo, setenta carros, não vai licitar somente a linha Manaus / Boa Vista, mas vai licitar a Manaus / Boa Vista; Porto Velho / Rio Branco; Porto Velho / Cuiabá; Cuiabá / Rio de Janeiro; Cuiabá / Belo Horizonte. Será um lote de, no mínimo, 70 carros, para nenhuma empresa da Região Norte ter condições de participar. Aí vem uma empresa grande já querendo comprar um terreno pois está acertando lá por Brasília quais as empresas que vão ficar em todo o lugar do Brasil, através da ABRAT que é a grande Associação que regula o sistema de Transporte Rodoviário, e já estão combinando qual a empresa que vai ficar em cada região. Aí uma empresa grande já está instalando suas garagens, se preparando e tentando sufocar as pequenas empresas e o pior ainda é com a anuência da ANTT, que é o órgão fiscalizador, regulador que deveria estar aqui zelando pelo passageiro e pelo consumidor, mas na verdade ela está protegendo as grandes empresas. E as grandes empresas, compram seus carros na região Centro Oeste, uma grande parte dos funcionários vem de lá, a contabilidade, o setor jurídico, e quando acontecer um acidente aqui, as pessoas terão que entrar em contato pelo número 0800 lá da matriz para reivindicar seus direitos. Alguém, que tem a sua bagagem extraviada, se dirige à empresa, que vai mandar ligar para o 0800 da matriz. E para resolver o problema, demora 30, 60 dias. E isso, quando é resolvido. Então, todo esse transtorno não é de duas, três pequenas empresas de Roraima, é um problema que atinge o consumidor, a população de Roraima. Resumindo, se a medida acontecer, e as empresas forem suspensas agora, além do preço ser mais caro, dos carros serem inferiores, a empresa do monopólio não vai ter condições de atender toda a população.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Deputado Remídio, a sua luta é a nossa também, o seu problema é o nosso problema, nós não podemos aceitar tais medidas diante de uma população de quase quinhentos mil habitantes que convive com monopólio, que é perverso, cruel e massacra, agride frontalmente o princípio da competitividade, o princípio universal da livre concorrência. Há duas semanas que o Deputado Remídio fala comigo e tenho buscado o apoio da Senadora Ângela Portela, ele sabe disso, ela tem ido à ANTT, tem procurado os setores jurídicos e técnicos para resolver. Infelizmente já sentimos que eles não estão com poder para isso. Então, ficou decidido ontem, vi a Deputada Ângela contactando com o Gim Argel lo, líder do PTB no Senado, que é Senador por Brasília e quem indicou o Diretor da ANTT. Na quarta feira, o Senador Gim Argello, a Senadora Ângela Portela e o Deputado Luciano Castro, terão uma audiência com o Presidente Nacional da ANTT para tomar uma decisão sobre esta questão de Roraima. Roraima, não pode e não deve ser tratado desta forma, Deputado Remídio. Vossa Excelência está com sua empresa, da sua família, gerando emprego, renda, bem estar e merece, no mínimo, um grandioso respeito não só da nossa gente, mas das autoridades quer sejam daqui, quer sejam de Brasília. Torço, espero de verdade, pois esse foi o compromisso do Senador Gim Argello para com a Senadora Ângela, para que esta situação se resolva. O Senador Mozarildo Cavalcante também falou com o Senador Gim Argello, e diante dessas parcerias construídas lá espero que se resolva efetivamente este problema para

o bem da sociedade. O Deputado Remídio distribuiu para todos o comunicado do site da EUCATUR, mostrando passagens já com preço duplicado, é metendo a mão no bolso da pessoa que está necessitando comprar a passagem. E essa pática não pode ser aceita por ninguém, muito menos pelo Poder Legislativo. Portanto, Deputado Remídio, a nossa solidariedade e o nosso respeito. A sua luta é a nossa luta.

O Senhor Deputado Remídio Monai continua – Senhor Presidente, gostaria de repetir que já encaminhamos a documentação para o Ministério Público, as pessoas, os passageiros têm se solidarizado conosco, estão fazendo abaixo-assinado, vão procurar o Ministério Público com esses abaixo-assinados. Agradecer a solidariedade, manifestada, peço o apoio ao pessoal da imprensa, dos demais Deputados Federais e Senadores, pois, esta não é uma causa do Deputado Remídio, nem das empresas de ônibus, a gente tem que entender que é uma causa do consumidor, da população que está pagando um preço abusivo e vai pagar um preço dobrado. Espero que ainda a EUCATUR reveja a situação e não aplique esse aumento de preço, por que o Ministério Público está atento e vai buscar uma solução para coibir esse abuso. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Senhores Deputados, esperamos que a EUCATUR não aplique esse preço, dobrado. Vamos tomar medidas para que se consiga uma liminar solicitando o impedimento de qualquer aumento no valor das passagens, uma vez que não houve aumento de imposto, de pneus nem de combustível. Portanto, esse aumento abusivo da noite para o dia não se justifica. Vamos fazer o que a Assembleia pode fazer, que são essas ações.

Passaremos agora para a Ordem do Dia. Projeto de Lei Complementar nº 049/12 que “ Cria os cargos de cirurgião-dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências, de autoria governamental; Requerimento de Pedido de Informação nº 014/12, que “requer que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Luiz Renato Maciel de Melo, Secretário Estadual da Fazenda, para prestar, por escrito, esclarecimentos sobre a pasta”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Remídio Monai) – Senhor Presidente, não há quorum regimental para deliberar as matérias.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em Conjunto possam analisar e dar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 049/12. Solicito aos senhores Deputado que se encontram na Sala Vip ou nos seus gabinetes, que se dirijam ao Plenário para votação. Está registrada a presença de dezoito Deputados, no entanto, só estão onze no Plenário.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) - Após o tempo estipulado, declaro por reaberta a Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda novamente à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Remídio Monai) – Senhor Presidente, não há quorum.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Solicito à taquigrafia registrar a presença dos Deputados Erci de Moraes, Dhiego Fogaça, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Brito Bezerra, Ionilson Sampaio, Ângela Águia, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Remídio Monai e Soldado Sampaio. E coloque falta para os demais Deputados. Passaremos para as Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, na realidade, nós fizemos uma reunião, acho que foi no início do primeiro semestre ou no início do segundo semestre, com o intuito de determinar o horário para o início das reuniões às nove horas, para os Deputados estarem presentes e participarem das votações. Observa-se que nos primeiros dias a observância do cumprimento até satisfatório, todos vieram. Foi anunciado para quem não viesse, seria contabilizada sua falta. Meu Deus, hoje é terça feira, tem nove Deputados em Plenário, mas dezoito registrando presença. Vossa Excelência já pediu para cortar o ponto, mas, me desculpe, Presidente, não acredito que esteja sendo cortado não, se estivesse estaria doendo no bolso, e se doesse no bolso, os Deputados viriam, não vêm porque é dito mas não é feito. E nós, que estamos aqui toda semana, estamos presentes, chegamos cedo, vemos isso acontecer. Vou repetir o que o Deputado Erci diz sempre: é por isso que ficamos cada vez mais desmoralizados perante a sociedade. Trabalhamos três dias por semana, e no dia que é para trabalhar não vêm, ninguém dá satisfação, nem nada. Parecemos, assim, que vivemos aqui cercados por soberanos, cada um é dono de seu próprio destino, tem Deputado aqui que falta tanto que nos assusta. Vou pegar todas as frequências, vou pegar folha de votação e vou fazer um trabalho, que vai dar dor de cabeça, mas vou fazer um trabalho anual de quem vem

às sessões, com percentual e tudo, tipo: fulano de tal veio tantos por cento, beltrano veio tanto e etc. Nós estamos desrespeitando nós mesmos e não a sociedade. Chega. Agora, há pouco falei na Tribuna, chega de brincadeira com o dinheiro do povo, com a forma de condução do destino do Estado de Roraima. Chega de brincadeira aqui no Poder Legislativo, Senhor Presidente! Vamos agir, vamos ser elétricos. Vossa excelência tem o Regimento nas mãos, que é o conjunto de regras que estabelece e normatiza as nossas condições de trabalho. Não dá para a gente vir aqui em uma terça-feira e não encontrar quorum. Vamos nos respeitar para sermos respeitados pela sociedade. Obrigado.

O Senhor Deputado Célio Wanderlei – Senhor Presidente, a minha colocação é na mesma linha de raciocínio do Deputado Flamarion. Todos os dias que comparecemos nesta Casa, presenciamos esse quadro. Gostaria de apresentar uma sugestão: Que seja tomada a frequência das nove até às dez horas, e das onze para frente. É comum aqui que a pessoa vem, registra a frequência e vai embora. Antigamente, isso ocorria nas Comissões. O Deputado convoca, fala para a imprensa, faz o seu discurso e vai embora. Marcam Audiências Públicas, comparecem, mas ficam apenas quatro pessoas até o final das reuniões. Por isso também gostaria que esta Casa tomasse um posicionamento enérgico, pois as Comissões continuam não se reunindo por falta de quorum e, o que é pior, quando vão se formar as Comissões, o cara fica brigando para fazer parte. Então, que se tome uma atitude mais séria, enérgica. Fui contra quando suspendemos as Sessões para ficarmos só com uma, mas estou sendo quase favorável para que façamos uma por mês, porque do jeito que as coisas vão está feio.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, concordo com o pronunciamento do Senhor Deputado Flamarion Portela e do Deputado Célio Wanderlei. Parabenizar Vossa Excelência pela atitude tomada neste momento, como Presidente da Casa, Agora, pedimos pedir a Vossa Excelência que isso seja, que aconteça, realmente, daqui para frente, uma vez que temos só três Sessões por semana enquanto muitos colegas ainda não vêm. Nos Simpósios, Senhor Presidente, sou testemunha, só ficam dois ou três Deputados até o término do Simpósio. Isso é ruim para gente. Há matérias importantes para serem deliberadas, não pode continuar assim. Temos que fazer a nossa parte, que o Estado de Roraima cresça juntamente com este Poder, como um órgão parceiro do seu desenvolvimento. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, eu já havia até me conformado em não reclamar mais, mas diante da posição dos colegas, eu volto ao assunto. A situação de frequência nas Sessões e nas reuniões permanentes, é um fato que está atingindo as raízes da irresponsabilidade, e vem de longe, Presidente. Em dezembro do ano passado, acabei retirando uma Emenda Parlamentar, queria, apenas, a equalização do tempo de trabalho da nossa Assembleia Legislativa ao do Parlamento Nacional, ao da Câmara dos Deputados, que implicaria em mais, cerca de trinta dias de trabalho. Os Senhores Deputados foram contra. Mas, olhem, se nós não somos capazes de, pelo menos, nos igualar aos parlamentares federais em relação aos quais a sociedade brasileira já reclama, nós estaremos dando um péssimo exemplo e aí, repito, é melhor até encerrarmos aquele contrato da Assembleia que manda fazer pesquisa para avaliar o conceito da Casa, porque em breve vai chegar a zero, Presidente. Então, acho que são necessárias providências urgentes. Concordo com o Deputado Flamarion, pois, garanto, se cortarmos de fato o ponto uma ou duas vezes, os Senhores Deputados frequentarão assiduamente a Assembleia porque no bolso é que dói. Era isso o que eu gostaria de colocar.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Vejam bem, o Congresso Nacional identifica e torna pública a presença dos Deputados em plenário. Todo final de ano é feito um balanço que é disponibilizado para imprensa quais os Deputados faltosos, quais os que sempre estão em Plenário, que participam das votações, quem realmente elaborou projetos, enfim, tornaram pública a ação do Parlamentar pela Casa, porque todos nós fazemos isso, mas se a Casa disponibilizar isso para a imprensa terá muito mais credibilidade que o Deputado. Então, é a sugestão que deixo para Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, também quero me somar à cobrança dos demais colegas pelas presenças nas Sessões. Nesta primeira Sessão da semana não há quorum para sequer deliberar um requerimento de Pedido de Informação. Imagine para debater questões importantes de nosso Estado. Isso vem causando um dano seriíssimo a este Poder. Como bem falou o Deputado Erci de Moraes, as pesquisas contratadas por esta Casa demonstram a insatisfação, a rejeição da sociedade para com este Poder. Estamos

sendo mal avaliados, correndo risco ainda de piorar a nossa situação e aí, senhoras e senhores, correremos um risco seriíssimo, a sociedade está atenta, está acompanhando, deve haver um processo de renovação assim como houve na Câmara dos Vereadores. É preciso renovar os nomes e a conduta, se pudéssemos renovar as condutas, e deixar os nomes, seria melhor. Manifesto a minha preocupação, diante do fato. Temos uma questão regimental que pode, a Mesa Diretora pode lançar mão para usar, fazendo um trabalho de conscientização dos nossos colegas, mas infelizmente continua ocorrendo. Na última Sessão eu pedi vista a um projeto de lei que trata do cirurgião-dentista, eu quase fui sacrificado na Comissão Conjunta, tive que bater na mesa, dizer que é um direito meu, alguém ainda se alvorçou, dizendo que eu teria 24 horas para devolver. O projeto estava tramitando na Casa alguns dias, engavetado, não passou nas comissões, não é de urgência, emergência, colocaram na ordem do dia sem haver a devida discussão. E, simplesmente, por eu pedir vista ao projeto fui mal compreendido. Fiz um tremendo esforço para devolver na quinta feira, não consegui, porque estava tentando ouvir os representantes da categoria, mas estavam viajando, liguei para o presidente da Comissão CCI, pedindo a dilatação do prazo. Fiz questão de devolver hoje o projeto pronto, acreditando que íamos discuti-lo. Projeto que sequer tinha impacto financeiro das despesas dele, projeto para criar 153 cargos no governo do Estado, em torno de 6 milhões de despesa, não tinha sequer o impacto orçamentário desse projeto. Projeto que hoje é conduzido pelo Secretário de Saúde, Doutor Leocádio, é um projeto que deveria estar sob a rédea da Secretaria de Administração, ou seja, está tudo na contramão. Amanhã, com fé em Deus, estaremos aqui novamente, haverá quorum e vamos votar o projeto. Manifesto meu repúdio ao ato do governador que, ao fazer a promoção dos delegados por decreto, tentou colocar nesta Casa de goela abaixo uma lei privilegiando uma minoria de apadrinhados políticos, não dá para entender outra explicação. Esta Casa resistiu às pressões, os sindicatos vieram para cá, foram mal interpretados, o governador lançou mão de um decreto, os delegados que não estavam sendo beneficiados reverteram na justiça, cassaram a liminar. O sindicato entrou novamente, e por último o governo alegou que o sindicato não era parte legítima. E pasmem, no dia 24 de outubro, a decisão judicial foi dada, cassando a liminar. E, no dia 25, já estava publicado o decreto com as promoções e os critérios, em menos de um dia, tudo prontinho. E, hoje, estão aí os delegados, não que eles não tenham direitos, mas que fosse estendido aos demais servidores. Parece que este governo é de cúpulas, de castas dentro do próprio governo onde pessoas têm, de um tudo, seus direitos contemplados enquanto a grande maioria dos servidores sequer é ouvida. Nós nos revoltamos, lançamos mão feroz dos nossos direitos, privilégios para expulsar o cidadão que vem aqui, às vezes, de maneira emocional, por ter seu salário atrasado, nós nos achamos no direito de não compreender a situação de desespero daqueles pais de família expulsos da assembleia, e encaminhando ofício às secretarias e aos poderes para que punam esses servidores. Não significa que estou apoiando qualquer um ato de vandalismo, nem desordem nesta Casa, mas não estamos nos colocando do outro lado, essa sociedade que aqui está querendo mais saúde, educação, segurança e justiça social. Então fica o nosso pedido de reflexão para os demais colegas. Fica o pedido aos Senhores Parlamentares e aos demais poderes tomarmos as rédeas do nosso Estado, pois o Governador tem se demonstrado incapaz na condução do nosso Estado, está levando para um buraco sem retorno, onde a educação é uma das piores do Brasil, a saúde vai de mal a pior. Na maternidade, nós vemos mães nos corredores, esperando desocupar um leito para ganhar o seu bebê, vamos ao Hospital Geral, ao Cosme e Silva, vamos visitar os hospitais do interior! Fica o meu pedido. Eu estou com a consciência tranquila, estou fazendo a minha parte. Agora, espero que os demais colegas, assim como os demais poderes, junto com a sociedade, que também têm sua parcela de culpa. É que em época de eleição, muitos se deixam levar por uma cesta básica, outros, da área leste da cidade, votam por um cargo comissionado, então é hora de retomar o rumo do nosso Estado.

O Senhor Chicão da Silveira. - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Apresento uma observação com relação às Comissões Permanentes, Deputado Flamarion. Não quero aqui sair como advogado de defesa, mas regimentalmente nós não começamos a Sessão por falta de quorum, de presença dos Senhores Deputados, sempre tem alguém da Mesa para fazer a abertura dos trabalhos. Vossa Excelência tem conhecimento. Tantas Comissões Permanentes! Deputados que aqui chegaram, atropelavam a gente... eu tive oportunidade de fazer parte de só uma Comissão Permanente, a CCI,

essa observação é muito importante. Gostaria que vocês estivessem atentos a essa observação. É a Comissão, onde todas as matérias que tramitam neste poder tem a obrigação de passar. É a CCJ. Mas, vejamos onde nós chegamos, é um mecanismo regimental. Meu procedimento em relação à maioria de todas as matérias que eu faço relatoria, eu faço uma relatoria diferente, além de aprofundar as discussões e aprofundar o conhecimento com a assessoria da Casa, eu tenho mais 3 Advogados que trabalham na minha assessoria, para evitar erros. Quando a gente emite um parecer de ilegalidade, agora, há um recurso ao plenário, sabe o que eu faço agora? Eu nem olho parecer favorável, vamos discutir no plenário. Temos que acabar com isso, temos que fazer com que as Comissões Permanentes funcionem, nós temos que acabar com esse negócio de suspender as Sessões para que as Comissões em conjunto possam se reunir. É preciso que Vossa Excelência, Senhor Presidente, chame a atenção para que estejam em plenário. É como o Deputado Flamarion disse: “Na hora que descontarem do salário todos estarão aqui.” muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Tenho conversado com o Deputado Flamarion sobre isso, e já falei que está para acabar com essa moleza. No momento em que nos tivermos a TV ALE, nós vamos mostrar as cadeiras vazias para que o povo entenda. Mas no final do mês nos vamos está com o portal da transparência, onde vamos colocar o que foi descontado, as faltas dos Deputados, o motivo que o Deputado faltou. E nós vamos cobrar isso.

Também quero cobrar dos Presidentes de Comissões que informem à presidência o horário de suas reuniões e nome de Deputados faltosos, porque os Deputados têm uma gratificação de 30% para participar das reuniões das Comissões, mas a gente sabe que faltam, mas no momento em que o Presidente comunicar, a Mesa vai publicar no portal da transparência.

E não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 14 de novembro, à hora regimental. Estiveram presentes durante a Ordem do Dia os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Remídio Monai e Soldado Sampaio.** Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 14/11/2012

ATAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO ORDINÁRIA,

REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às dezessete horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados Flamarion Portela, Aurelina Medeiros, Coronel Chagas e Brito Bezerra, Membros Titulares. Ausentes os Senhores Deputados Jalsler Renier e Chicão da Silveira. **Abertura:** Havendo *quorum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Brito Bezerra, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia:** **01) Projeto de Lei nº 013/12**, de autoria do Deputado Ionilson Sampaio, que, “Dispõe sobre a venda e a transferência de propriedade de motocicletas, e dá outras providências.” Relator, Deputado Flamarion Portela. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado na

Comissão. **02) Projeto de Lei nº 007/11**, de autoria do Deputado Coronel Chagas, que, “Dispõe sobre a convocação para o serviço ativo de policiais militares e bombeiros militares da reserva remunerada da polícia militar do Estado de Roraima e do corpo de bombeiros militares do Estado de Roraima, e dá outras providências”. Relator, Deputado Flamarion Portela. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão.

03) Projeto de Lei nº 052/12, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz, que, “Dispõe sobre o sistema estadual de bibliotecas escolares do Estado de Roraima (SEBE-RR), e dá outras providências”. Relator, Deputado **Flamarion Portela**. Parecer Favorável com Emendas. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator proceder a leitura do Parecer. O Senhor Relator antes de proferir a leitura do Parecer, informou à Comissão que houve a necessidade de algumas adequações, com as seguintes redações: **Emenda Modificativa nº 001/12 – Art. 2º:** Fica autorizado o Poder Executivo a criar a seguinte redação para o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de Roraima; **Emenda Modificativa nº 002/12 – Art. 3º:** Poderá o Órgão Central. Logo após a explanação das Emendas pelo Senhor Relator, o Senhor Presidente colocou-as em discussão. Não havendo discussão, foram submetidas à votação, sendo acatadas pelos Senhores Membros presentes na Reunião. Em seguida o Senhor Relator proferiu a leitura do Parecer com a adoção das Emendas apresentadas, o qual foi posto em discussão. Não havendo discussão, o Parecer com as Emendas foi submetido à votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na Comissão. **04) Projeto de Lei nº 034/12**, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, “Cria o Programa Estadual de Coleta de Medicamentos vencidos ou estragados, e dá outras providências”. Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Contrário, devido à satisfatória regulamentação da matéria em Leis já existentes. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão.

05) Projeto de Lei nº 029/12, de autoria do Deputado Jean Frank, que, “Institui o dia do Procurador do Estado de Roraima”. Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão. **06) Projeto de Decreto Legislativo nº 013/11**, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, que, “Concede a Comenda Orgulho de Roraima ao 2º Batalhão da Polícia Militar – RR, e dá outras providências”. Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão. **07) Projeto de Lei nº 020/12**, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que, “Obriga o Poder Executivo, suas autarquias e fundações públicas a identificar os veículos utilizados na prestação do serviço público, bem como regula sua guarda”. Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão.

08) Projeto de Lei nº 040/12, de autoria dos Deputados Chico Guerra e Jalsler Renier, que trata sobre, “Centro de Informações e Memória da Assembleia Legislativa e da Fundação Rio Branco, e dá outras providências”. Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão. **09) Projeto de Lei nº 057/11**, de autoria do Deputado Mecias de Jesus, que, “Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento e sistema de vigilância, interna e externa, nos estabelecimentos comerciais, e dá outras providências”. Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão.

10) Projeto de Lei nº 088/11, de autoria do Deputado Dhiego Coelho, que, “Autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatório a inclusão de estudos sobre o uso de drogas e dependências química nos conteúdos do ensino fundamental e médio”. Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão. **11) Projeto de Lei Complementar nº 002/12**, de autoria do Deputado Mecias de Jesus, que, “Dispõe sobre a licença-gestante, sua ampliação para servidora efetiva, da licença- paternidade ao servidor efetivo, e estabelece outras providências”. Relator, Deputado Jalsler Renier. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Devido à ausência do Relator, o Senhor Presidente designou, como relator ad hoc, o Senhor Deputado Flamarion Portela para fazer a leitura do Parecer. Feita a leitura, o

Parecer foi submetido à discussão. Não havendo discussão, foi posto em votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na Comissão.

12) Projeto de Lei nº 038/12, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, “Dispõe sobre a realização de eventos culturais, esportivos, sociais, de dança e folclóricos no Estado de Roraima, e dá outras providências”. Relator, Deputado Jalser Renier. Parecer Favorável. Devido à ausência do Relator, o Senhor Presidente designou, como relator *ad hoc*, o Senhor Deputado Flamarion Portela para fazer a leitura do Parecer. Feita a leitura, o Parecer foi submetido à discussão. Não havendo discussão, foi posto em votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na Comissão.

13) Projeto de Lei nº 030/12, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, “Estabelece normas referentes às práticas comerciais e bancárias que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor”. Relator, Deputado Jalser Renier. Parecer Favorável. Devido à ausência do Relator, o Senhor Presidente designou, como relator *ad hoc*, o Senhor Deputado Flamarion Portela para fazer a leitura do Parecer. Feita a leitura, o Parecer foi submetido à discussão. Não havendo discussão, foi posto em votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na Comissão.

14) Projeto de Decreto Legislativo nº 014/11, de autoria do Deputado Flamarion Portela, que, “Susta processo de contratação pelo Poder Executivo Estadual da obra de construção do Centro Social Educativo para adolescentes em Boa Vista”. Relator, Deputado Jalser Renier. Parecer Contrário. Devido à ausência do Relator, o Senhor Presidente designou, como relatora *ad hoc*, a Senhora Deputada Aurelina Medeiros para fazer a leitura do Parecer. Feita a leitura, o Parecer foi submetido à discussão. Não havendo discussão, foi posto em votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na Comissão.

15) Projeto de Resolução Legislativa nº 002/12, de autoria da Mesa Diretora, que, “Dispõe sobre a instituição no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, do serviço de informações ao cidadão – SIC ALERR, e dá outras providências”. Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Favorável. Devido à ausência do Relator, o Senhor Presidente designou, como relator *ad hoc*, o Senhor Deputado Brito Bezerra para fazer a leitura do Parecer. Feita a leitura, o Parecer foi submetido à discussão. Não havendo discussão, foi posto em votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na Comissão.

16) Projeto de Lei nº 045/12, de autoria dos Deputados Chico Guerra, Joaquim Ruiz e Jalser Renier, que, “Autoriza o Poder Executivo a criar uma Biblioteca da Assembleia Legislativa de Roraima”. Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Favorável. Devido à ausência do Relator, o Senhor Presidente designou, como relator *ad hoc*, o Senhor Deputado Brito Bezerra para fazer a leitura do Parecer. Feita a leitura, o Parecer foi submetido à discussão. Não havendo discussão, foi posto em votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na Comissão.

17) Projeto de Lei nº 087/11, de autoria do Deputado Dhiego Coelho, que, “Autoriza o Poder Executivo a elaboração de programas de atividades destinadas ao deficiente físico”. Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Devido à ausência do Relator, o Senhor Presidente designou, como relator *ad hoc*, o Senhor Deputado Brito Bezerra para fazer a leitura do Parecer. Feita a leitura, o Parecer foi submetido à discussão. Não havendo discussão, foi posto em votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão

Aprovada em: 18/12/12

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

COMISSÕES EM CONJUNTO
TERMO DE REUNIÃO N.º 004/2012
 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, deixou de se reunir as Comissões em Conjunto, por falta de quorum regimental. A referida reunião foi convocada pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima nos

termos do IV do art. 56 do Regimento Interno deste Poder, para apreciar e deliberar as seguintes Proposições: **01) Projeto de Lei Complementar nº 011/12**, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, que, “Altera dispositivos e anexos da Lei Complementar nº. 142, de 29 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Complementar Estadual nº. 175, de 26 de janeiro de 2011, pela Lei Complementar Estadual nº. 177, de 05 de maio de 2011, pela Lei Complementar Estadual nº. 189, de 02 de dezembro de 2011, e pela Lei Complementar Estadual nº. 195, de 22 de março de 2012; e dá outras providências”; **02) Projeto de Lei nº 065/11**, de autoria do Deputado Naldo da Loteria, que, “Dispõe sobre a Instalação de Câmeras de Segurança nas Escolas Públicas Estaduais do Estado de Roraima”; **03) Projeto de Lei nº 053/12**, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz, que, “Dispõe sobre o reconhecimento no Estado de Roraima de diplomas de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) expedido em outros países, e dá outras providências”.

Assinaram a folha de presença os Senhores Deputados Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Erci de Moraes, Soldado Sampaio, Jalser Renier, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria e George Melo. E para constar, eu, Francisco Alves Gomes, secretário, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Senhor Presidente e encaminhado à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS

REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2012

Ao sétimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e doze, às dez horas e cinquenta e dois minutos, no Plenário Deputada Nôemia Basto Amazonas, deste Poder, sito à Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro, realizou-se, ordinária, reunião da Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos, sob a Presidência do Presidente o Senhor Deputado **Jean Frank-PMN**, com a Presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares: **Soldado Sampaio-PC do B**, **Dhiego Coelho-PSL** e **Remídio Monai-PR**, Ausente: **Coronel Chagas-PRTB**. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, declarada aberta a Reunião, passou ao exame da Ata reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Soldado Sampaio, dispensou a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovado pelos membros presentes na reunião. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia:** **01) Projeto Lei nº 076/11**, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, “Obriga o Governo do Estado de Roraima a divulgar os valores dos recursos repassados mensalmente aos Municípios Roraimenses pela Secretaria de Estado da Fazenda, bem como outras Secretarias e dá outras providências”. Relator, Deputado Dhiego Coelho. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido a votação, o parecer foi aprovado pelos membros presentes na reunião. **02) Projeto Lei nº 093/11**, de autoria do Deputado Coronel Chagas, que, “Dispõe sobre os critérios para a Adoção e Utilização de Material Escolar Didático pelos Estabelecimentos de Educação Básica da Rede Privada do Estado de Roraima e dá outras providências”. Relator, Deputado Remídio Monai. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido a votação, o parecer foi aprovado pelos membros presentes na reunião. **03) Projeto Lei nº 009/12**, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, “Assegura ao Consumidor o Direito de saber, antes, Durante a Negociação e depois da Compra, o valor dos Impostos Embutidos no Preço do Produto ou Serviço”. Relator, Deputado Dhiego Coelho. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido a votação, o parecer foi aprovado pelos membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às onze horas e dois minutos. E, para constar, eu, Dagoberto Vieira Barros, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Jean Frank

Presidente da Comissão

Aprovada em: 13/12/12